Produção e desenvolvimento nos estados e municípios

Coordenação: Istvan Karoly Kasznar
PEEM/EBAP/FGV

"Estudos e análises econômicas referentes aos estados e municípios, tendo em vista a divulgação de índices de produção e desenvolvimento dos mesmos."

Análise sintética do ensino no Brasil por estados

Istvan Karoly Kasznar

1. Introdução

Este artigo apresenta e analisa dados relativos ao ensino pré-escolar, médio e fundamental no Brasil, para os anos de 1995 e 1996, com os objetivos de:

- mostrar onde se concentram as matrículas por dependência administrativa (tabelas 1 e 3);
- avaliar o número de estabelecimentos por dependência administrativa (tabela 2);
- verificar de forma simples como se concentram e espalham os aprovados no ensino fundamental brasileiro (tabelas 4 e 5);
- tecer comentários analíticos diversos, que interligam as análises anteriores.

Os dados foram levantados pelo Ministério da Educação e Cultura, através da sua Secretaria de Educação e Cultura.

Isso significa que eles correspondem a dados oficiais, de governo, registrados através do mais completo sistema de levantamento de informações educacionais do país. A amplitude de levantamentos realizada pela fonte permite que se considerem estes dados como altamente relevantes e estatisticamente significativos.

Assim, pela importância tanto dos dados quanto da fonte, pode-se aferir com razoável, senão elevado grau de acuidade, um conjunto de peculiaridades do ensino de base no Brasil.

2. Elementos analíticos sintéticos

Os dados levantados foram organizados nas tabelas 1 a 5, analisadas individualmente a seguir.

A tabela 1 apresenta as matrículas nos níveis pré-escolar e em classe de alfabetização, por dependência administrativa, em 1996.

De acordo com essa tabela, o maior número de matrículas no nível pré-esco-

lar se encontra na região Sudeste, local de maior concentração populacional; maior renda *per capita* e infra-estrutura em geral. Muito embora haja um envelhecimento da população total, é no Sudeste que mais se matriculam e ensinam novos pupilos, que ingressam na rede escolar.

O Nordeste, o Sul, o Norte e o Centro-Oeste seguem, nesta ordem, o processo de inscrições pré-escolares. Há, portanto — posto que esta também é a ordem da concentração absoluta da população —, uma relação direta e marcante entre a população total num território e o número de inscritos na rede escolar.

Tendo em vista que é de alta relevância fazer com que a criança entre na escola desde a mais tenra idade, para aprender, socializar-se e participar da vida ativa da sua comunidade, isso significa que há também uma correspondência com a infra-estrutura de ensino montada no país e que se está atendendo à base da pirâmide etária onde ela de fato se encontra, particularmente nos grandes centros urbanos e nas localidades mais populosas.

É interessante observar que domina a rede municipal de ensino pré-escolar. Praticamente a metade das matrículas é realizada na rede municipal. Mas a rede particular, o ensino privado, já se faz notar crescente e pesadamente na base, ao representar pouco mais de 22% das matrículas. Esse avanço é digno de nota, mostrando que o ensino genérico, normalmente suprido através das estruturas públicas de ensino, necessita ser complementado de forma representativa, pesada, pelo ensino privado.

As matrículas por classe de alfabetização já seguem um padrão comportamental e de inscrições diferente do anterior. Isto era de se esperar.

A alfabetização é certamente uma necessidade dos novos alunos — as crianças de baixa idade —, mas ela também é requisitada naquelas áreas do país que possuem populações analfabetas.

Boa parte dessa população é rural, mora em condições precárias e de marcante pobreza. Encontra no ensino uma forma de incorporação ao tecido social brasileiro, com alguma chance de ascender na complexa pirâmide da riqueza nacional.

O Nordeste, com 923.600 matrículas, possui acima de quatro vezes mais inscritos do que o Sudeste, com 223.471 participantes. Isso vem demonstrar claramente que onde há mais pobres e uma população, em números absolutos, marcante, significativa, pela falta de condições de aprendizado em sua fase inicial de vida, existe mais demanda pelo ensino alfabetizante.

Novamente, a rede municipal supre com quase 65% a infra-estrutura de apoio a esse tipo de ensino. E é de novo secundada pelo ensino particular.

De acordo com a tabela 2, que apresenta o número de estabelecimentos por dependência administrativa em 1996, para o ensino regular, mudam as facetas participativas.

Os estabelecimentos municipais predominam, demonstrando a força e a responsabilidade elevada do ensino público realizado por meio do controle mais direto das próprias comunidades. Representando 149.836 estabelecimentos, os municipais representam bem mais de 60% da rede ativa nacional.

No Nordeste, pouco mais de 13% da rede é particular. Isto é, a dependência em relação aos estabelecimentos públicos é marcante. Numa época de crise do Estado, déficits públicos elevados, insistentemente perto dos 6%, isto é definitivamen-

te negativo. Explica em boa parte por que é tão frágil o ensino desse tipo naquela região, malgrado suas imensas e crescentes demandas.

No Sudeste, a rede privada supre com pouco mais de 25% a estatística dos estabelecimentos. Isso significa que, onde há mais renda e riqueza, a iniciativa privada demonstra ter maior propensão em investir no ensino, abrindo mais estabelecimentos.

Em seu conjunto, e consideradas as iniciativas verificadas no Nordeste e no Sudeste, pode-se depreender que existem fundamentos preliminares para se afirmar que a lógica do mercado liberal funciona para o ensino regular no Brasil. Isto é, se verificam que existem disfunções no ensino, ocorrendo uma demanda reprimida que coincide com baixa qualidade, em locais que sinalizam rendas altas ou atraentes, as empresas privadas abrem unidades escolares.

Essa conclusão é importante, pois há evidências de que o sistema distributivo do ensino acompanha diversas variáveis e é condicionado por vários fatores aparentes, a saber:

- a população em idade escolar;
- a população de qualquer idade, a alfabetizar;
- a população de estudantes com capacidade de pagar;
- a decisão política de alocar estabelecimentos onde há populações carentes;
- a decisão política de alocar estabelecimentos onde há populações ricas;
- a falta de renda;
- a existência de mais renda.

Combinados, esses elementos concretos e abstratos parecem ser os fatores determinantes da alocação de estabelecimentos de ensino regular no país, numa base preliminar.

Considerando como referência a tabela 3, as matrículas no ensino fundamental e no ensino médio por dependência administrativa acompanham a concentração populacional. Ademais, fornecem a base para percebermos que o maior número de matrículas ocorre onde há mais população jovem, como no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste, regiões que atualmente apresentam as mais elevadas taxas de natalidade e de concentração relativa de menores até 14 anos de idade.

Mais de um terço dos matriculados se localiza no Sudeste, o maior mercado de ensino do Brasil. A rede estadual de ensino tem um papel de notável responsabilidade, considerando que quase 70% dos inscritos nela buscam o aprendizado.

Pouco mais de 40% dos matriculados se encontram no ensino fundamental nordestino, em estabelecimentos estaduais. Praticamente 45% avolumam-se nos colégios municipais. Esses fatos demonstram o grau elevadíssimo de dependência do ensino nordestino praticado em locais públicos.

Merece atenção o fato de que, enquanto no Sudeste a privatização está ocorrendo estruturalmente e é factível em grande parte, no Nordeste é um processo ainda frágil e carente. Como estratégia de longo prazo, esse processo deverá ser revertido de alguma forma, pois o ensino público está prejudicado por falta de verba. Daí para que a qualidade e o aprendizado sejam colocados em xeque-mate, é um passo só.

Entre estas formas de reversão, pode-se pensar em:

- incentivos fiscais aos que investem no ensino de 1º e 2º graus;
- financiamento direto às comunidades carentes, via suas secretarias de ensino;
- liberação de incentivos crescente às comunidades que comprovarem captar o maior número de discentes em idade escolar; a mais alta produtividade no ensino; e o mais alto nível resultante de alfabetização;
- busca de fontes tradicionais e alternativas de financiamento, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Banco Mundial e fontes afins;
- consolidação maciça de relações com ONGs e órgãos do terceiro setor;
- incentivo às igrejas, por meio da manutenção de isenções fiscais, para que disponibilizem suas infra-estruturas, pessoal e equipamentos no processo de ensino;
- isenção fiscal às emissoras de rádio, TV e outros meios de comunicação que dedicarem um certo percentual de seu tempo atividades claramente identificadas com o ensino; este ensino pode e deve ser de vários tipos e matizes, para a juventude e a população em geral, incluindo as áreas de alfabetização, socialização, medicina preventiva e curativa, economia doméstica, economia rural, planejamento familiar, idiomas e afins.

Conforme o leitor poderá apreciar por si mesmo, o nível de riqueza oferecido pelos dados do Ministério de Educação e Cultura é elevado. Os dados revelam relações da maior relevância entre as esferas federais, estaduais e municipais do processo de ensino público e privado. E, por estas razões, merecem consideração.

Como observação conclusiva, fica clara a alta participação do ensino público no ensino fundamental em geral. Enquanto os déficits públicos continuam crescendo, dispara a demanda numa comunidade cada vez mais urbanizada e preparada para exigir ensino, consciente de que mais aprendizado gera mais renda (pelo menos em algumas categorias profissionais), dada a crescente crise de desemprego estrutural existente no país.

Tabela 1

Matrícula na educação pré-escolar e em classes de alfabetização, por dependência administrativa

(1996)

Unidade da Federação	Pré-escolar					Classe de alfabetização				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	4.270.376	2.477	759.187	2.489.225	1.019.487	1.443.927	3.777	238.536	957.500	244.114
Norte	325.416	447	138.340	134.103	52.526	235.802	347	72.063	146.128	17.264
Rondônia	32.693	76	14.445	11.779	6.393	1.603	44	196	168	1.195
Acre	12.591	29	7.945	3.507	1.110	941	33	38	116	754
Amazonas	39.971	-	12.210	16.409	11.352	88.347	-	38.101	44.599	5.647
Roraima	11.111	65	8.125	1.893	1.028	138	-	51	-	87
Pará	179.296	111	69.709	83.049	26.427	138.900	172	33.048	7.342	8.338
Amapá	18.535	-	13.908	2.358	2.269	406	-	54	48	304
Tocantins	31.219	166	11.998	15.108	3.947	5.467	98	575	3.855	939
Nordeste	1.470.151	942	264.527	777.357	427.325	923.600	3.053	106.545	656.365	157.637
Maranhão	237.824	100	34.893	133.643	69.188	116.523	2.572	546	107.762	5.643
Piauí	113.185	121	33.340	56.128	23.596	49.704	16	3.427	37.659	8.602
Ceará	274.630	26	25.420	141.432	107.752	201.198	16	7.757	140.134	53.291
Rio Grande do Norte	91.497	67	19.148	44.959	27.323	17.014	18	5.090	5.617	6.280
Paraíba	88.726	226	14.404	48.911	25.185	143.604	65	30.769	98.101	14.346
Pernambuco	173.719	13	18.531	83.883	71.292	127.095	242	39.722	56.176	30.955
Alagoas	69.451	168	10.020	38.708	20.555	25.987	49	2.557	15.398	7.983
Sergipe	75.813	81	15.921	42.929	16.882	3.587	-	315	385	2.887
Bahia	345.306	140	92.850	186.764	65.552	238.888	75	16.353	194.810	27.650
Sudeste	1.729.933	339	156.658	1.239.919	333.017	223.471	377	42.168	128.514	52.412
Minas Gerais	435.041	219	86.159	256.180	92.483	-	-	-	-	-
Espírito Santo	87.552	50	28.631	44.409	14.462	5.645	-	212	515	4.918
Rio de Janeiro	233.335	70	41.380	110.296	81.589	217.826	377	41.956	127.999	47.494
São Paulo	974.005	-	488	829.034	144.483	-	-	-	-	-
Sul	504.914	674	111.954	266.937	125.349	4.340	-	590	1.202	2.548
Paraná	167.823	262	7.316	103.918	56.327	40	-	-	-	40
Santa Catarina	182.022	412	41,253	101.084	39.273	4.172	-	510	1.154	2.508
Rio Grande do Sul	155.069	-	63.385	61.935	29.749	128	-	80	48	-
Centro-Oeste	239.962	75	87.708	70.909	81.270	56.714	-	17.17	25.291	14.253
Mato Grosso do Sul	49.002	35	11.689	21.032	16.246	-	-	-	-	-
Mato Grosso	48.351	-	17.075	19.491	11.785	2.691	-	173	241	2.277
Goiás	88.520	40	32,117	30.386	25.977	54.023	-	16.997	25.050	11.976
Distrito Federal	54.089	-	26.827	-	27.262	-	-	-	-	-

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 2

Número de estabelecimentos por dependência administrativa
(1996)

Unidade da Federação	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	220.226	334	49.148	149.836	20.908
Norte	26.971	40	6.272	19.795	864
Rondônia	3.287	14	433	2.700	140
Acre	1.444	1	483	632	28
Amazonas	4.981	4	526	4.248	203
Roraima	499	3	468	21.000	7
Pará	13.313	4	3.168	9.753	388
Amapá	539	—	368	153	18
Tocantins	2.908	14	526	2.288	80
Nordeste	99.84	179	11.208	78.829	9.624
Maranhão	14.537	99	880	12.496	1.062
Piauí	9.156	9	1.102	7.446	599
Ceará	16.241	4	909	13.325	2.003
Rio Grande do Norte	4.859	4	1.114	3.262	479
Paraíba	8.408	12	1.212	6.353	831
Pernambuco	11.492	19	1.190	8.502	1.781
Alagoas	4.215	11	446	3.184	574
Sergipe	2.420	5	381	1.783	251
Bahia	28.512	16	3.974	22.478	2.044
Sudeste	49.363	52	19.650	23.105	6.556
Minas Gerais	19.487	25	5.707	12.145	1.610
Espírito Santo	5.146	6	3.155	1.593	392
Rio de Janeiro	7.741	21	1.825	4.128	1.767
São Paulo	16.989	—	8.963	5.239	2.787
Sul	32.230	47	9.309	20.587	2.287
Paraná	10.772	23	2.032	7.733	984
Santa Catarina	9.883	11	4.068	5.204	600
Rio Grande do Sul	11.575	13	3.209	7.650	703
Centro-Oeste	11.822	16	2.709	7.520	1.577
Mato Grosso do Sul	1.382	7	358	692	325
Mato Grosso	3.756	3	563	2.899	291
Goiás	5.860	5	1.280	3.929	646
Distrito Federal	824	1	508	-	315

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 3

Matrículas nos ensino fundamental e médio, por dependência administrativa

(1996)

Unidade da Federação	Ensino fundamental					Ensino médio				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	33.131.270	33.564	18.468.772	10.921.037	3.707.897	5.739.077	113.091	4.137.324	312.143	1.176.519
Norte	2.820.531	6.912	1.730.116	926.204	157.299	371.454	10.212	318.904	5.390	36.948
Rondônia	285.746	148	174.608	89.429	21.561	32.557	277	27.316	768	4.196
Acre	123.620	296	78.185	37.378	7.761	15.247	132	13.276	406	1.433
Amazonas	547.035	620	330.151	176.404	39.860	85.599	4.195	72.895	608	7.901
Roraima	60.274	843	56.491	2.170	770	11.471	915	10.349	-	207
Pará	1.369.430	4.534	788.288	505.127	71.481	163.367	4.693	136.292	2.828	19.554
Amapá	107.117	-	86.102	15.386	5.629	19.604	-	18.419	-	1.185
Tocantins	327.309	471	216.291	100.310	10.237	43.609	-	40.357	780	2.472
Nordeste	10.475.469	6.483	4.146.532	4.947.896	1.374.558	1.202.573	36.635	703.958	163.903	298.077
Maranhão	1.361.269	2.380	426.608	790.583	141.698	127.460	2.611	68.202	23.984	32.663
Piauí	616.075	506	243.359	295.987	76.324	57.736	3.494	35.800	2.113	16.329
Ceará	1.641.289	-	526.322	807.507	307.460	174.704	3.676	87.943	22.316	60.769
Rio Grande do Norte	590.416	226	266.750	230.615	92.825	83.043	3.637	56.192	7.196	16.018
Paraíba	689.556	205	294.551	290.092	104.708	81.941	3.076	51.081	3.296	24.488
Pernambuco	1.720.019	1.179	719.925	750.587	248.328	259.081	9.480	155.302	42.841	51.458
Alagoas	567.418	149	164.984	305.582	96.703	55.828	4.501	16.648	7.443	27.236
Sergipe	401.487	272	194.898	158.737	47.580	43.735	2.360	23.017	7.116	11.242
Bahia	2.887.940	1.667	1.309.135	1.318.206	258.932	319.045	3.800	209.773	47.598	57.874
Sudeste	12.958.674	13.616	8.637.822	2.803.312	1.503.924	2.815.026	30.595	2.058.008	126.701	599.722
Minas Gerais	3.609.085	2.655	2.550.269	845.239	210.922	577.079	11.010	394.617	61.382	110.070
Espírito Santo	612.595	393	399.670	134.547	77.985	127.120	5.219	85.310	8.786	27.805
Rio de Janeiro	2.164.672	10.568	609.344	1.096.822	447.938	437.841	14.366	258.923	22.995	141.557
São Paulo	6.572.322	-	5.078.539	726.704	767.079	1.672.986	...	1.319.158	33.538	320.290
Sul	4.475.774	3.685	2.443.879	1.626.723	401.487	937.937	27.110	730.963	8.452	171.412
Paraná	1.781.853	1.229	877.637	762.037	140.950	400.568	12.551	336.641	276	51.100
Santa Catarina	955.907	1.593	616.843	255.350	82.121	179.765	4.468	133.116	2.633	39.548
Rio Grande do Sul	1.738.014	863	949.399	609.336	178.416	357.604	10.091	261.206	5.543	80.764
Centro-Oeste	2.400.822	2.868	1.510.423	616.902	270.629	412.087	8.539	325.491	7.697	70.360
Mato Grosso do Sul	433.221	791	233.653	153.083	45.694	74.966	141	57.055	3.448	14.322
Mato Grosso	513.443	-	301.268	156.738	55.437	72.061	2.763	58.450	489	10.359
Goiás	1.056.875	494	648.485	307.081	100.815	172.524	4.033	139.938	3.760	24.793
Distrito Federal	397.283	1.583	327.017	-	68.683	92.536	1.602	70.048	-	20.886

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 4

Aprovados nos ensinos fundamental e médio, por dependência administrativa

(1995)

Unidade da Federação	Ensino fundamental					Ensino médio				
	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Total	Federal	Estadual	Municipal	Particular
Brasil	22.671.349	24.288	12.806.813	6.659.468	3.180.780	3.634.660	65.289	2.496.046	196.802	876.523
Norte	1.626.891	5.244	994.687	496.251	130.709	196.965	4.818	164.930	2.725	24.492
Rondônia	191.966	68	113.155	60.329	18.414	18.584	134	14.044	283	4.123
Acre	78.401	261	49.071	22.030	7.039	9.426	93	8.041	341	951
Amazonas	345.596	513	214.829	95.028	35.226	52.659	2.755	43.679	360	5.865
Roraima	42.669	430	40.140	1.447	652	5.728	524	5.071	-	133
Pará	723.595	3.894	407.250	255.946	56.505	78.423	1.312	64.480	1.162	11.469
Amapá	64.240	-	51.165	8.977	4.098	4.907	-	8.988	-	419
Tocantins	180.424	78	119.077	52.494	8.775	22.738	-	20.627	579	1.532
Nordeste	6.150.551	3.588	2.463.367	2.580.219	1.103.377	749.957	21.729	408.400	97.367	222.461
Maranhão	783.815	952	291.369	387.295	104.199	79.756	1.880	41.715	13.641	22.520
Piauí	346.055	310	137.827	145.867	62.051	34.828	2.676	18.801	1.023	12.328
Ceará	1.010.097	-	320.101	445.932	244.064	111.450	2.439	52.602	11.951	44.458
Rio Grande do Norte	343.778	195	152.264	116.871	74.448	52.151	3.071	33.324	4.406	11.350
Paraíba	424.071	79	172.092	160.271	91.629	53.547	2.466	29.998	2.056	19.027
Pernambuco	1.012.261	820	410.656	388.222	212.563	155.847	1.492	86.466	26.516	41.373
Alagoas	311.279	72	89.992	148.757	72.458	36.408	3.719	8.755	4.315	19.619
Sergipe	217.170	237	105.941	71.177	39.815	26.542	1.691	11.676	3.970	9.205
Bahia	1.702.025	923	783.125	715.827	202.150	199.428	2.295	125.063	29.489	42.581
Sudeste	9.959.235	10.388	6.640.061	1.974.607	1.334.179	1.889.803	19.825	1.333.721	87.388	448.869
Minas Gerais	2.639.033	1.705	1.863.805	582.035	191.488	372.912	6.991	240.695	42.987	82.239
Espírito Santo	441.210	372	273.860	97.818	69.160	83.274	3.994	52.669	5.74	20.871
Rio de Janeiro	1.570.510	8.311	430.045	746.678	385.476	267.618	8.840	150.965	14.072	93.741
São Paulo	5.308.482	-	4.072.351	548.076	688.055	1.165.999	-	889.392	24.589	252.018
Sul	3.332.058	2.602	1.741.593	1.218.201	369.662	554.754	13.109	409.906	4.253	127.486
Paraná	1.306.994	557	610.923	566.150	129.364	247.674	2.825	205.954	168	38.727
Santa Catarina	740.146	1.220	465.391	199.297	74.238	115.385	3.185	80.397	1.523	30.280
Rio Grande do Sul	1.281.918	825	665.279	452.754	166.060	191.695	7.099	123.555	2.562	58.479
Centro-Oeste	1.602.614	2.466	967.105	390.190	242.853	243.181	5.808	179.089	5.069	53.215
Mato Grosso do Sul	294.715	434	154.892	96.900	42.489	49.135	58	34.663	2.454	11.960
Mato Grosso	342.201	-	192.918	102.246	47.037	42.195	1.836	32.432	177	7.750
Goiás	669.800	434	387.778	191.044	90.544	99.279	2.737	75.241	2.438	18.863
Distrito Federal	295.898	1.598	231.517	-	62.783	52.572	1.177	36.753	-	14.642

Fonte: MEC/Inep/Seec.

Tabela 5

Aprovados no ensino fundamental e por série

(1995)

Unidade da Federação	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série
Brasil	22.671.349	4.099.833	3.518.677	3.286.297	3.016.629	2.683.124	2.347.412	1.999.180	1.720.196
Norte	1.626.891	369.017	292.100	254.111	221.198	162.477	133.129	105.464	89.395
Rondônia	191.966	35.996	34.159	32.480	28.924	20.065	16.924	12.636	10.782
Acre	78.401	17.288	13.690	11.900	10.564	8.105	6.668	5.499	4.687
Amazonas	345.596	66.385	58.206	48.933	42.102	40.303	34.302	29.697	25.668
Roraima	42.669	7.937	7.198	6.729	6.438	5.010	3.935	2.913	2.509
Pará	723.595	191.083	136.126	116.111	100.328	61.516	50.174	37.662	30.595
Amapá	64.240	11.821	11.420	9.774	9.154	6.955	6.094	4.734	4.288
Tocantins	180.424	38.507	31.301	28.184	23.688	20.523	15.032	12.323	10.866
Nordeste	6.150.551	1.397.230	1.075.910	928.382	784.328	639.743	525.048	431.110	368.800
Maranhão	783.815	219.379	134.666	110.638	92.169	74.890	60.784	49.315	41.974
Piauí	346.055	90.441	66.528	56.526	44.408	32.587	22.859	17.748	14.958
Ceará	1.010.097	214.126	179.329	149.511	126.593	106.844	93.779	76.708	63.207
Rio Grande do Norte	343.778	66.375	59.680	51.429	46.139	38.263	31.634	26.666	23.592
Paraíba	424.071	93.768	75.307	64.414	55.009	45.181	35.949	29.338	25.105
Pernambuco	1.012.261	199.684	169.535	150.917	129.461	113.057	95.716	82.119	71.772
Alagoas	311.279	76.551	56.244	48.193	37.162	30.732	25.002	20.386	17.009
Sergipe	217.170	45.622	38.215	33.855	30.854	23.523	18.228	14.400	12.473
Bahia	1.702.025	391.284	296.406	262.899	222.533	174.666	141.097	114.430	98.710
Sudeste	9.959.235	1.567.603	1.416.999	1.378.691	1.325.835	1.259.867	1.147.274	997.287	865.679
Minas Gerais	2.639.033	521.187	361.752	379.930	351.187	324.741	282.042	231.143	187.051
Espírito Santo	441.210	69.062	65.711	64.457	59.338	55.489	48.305	41.986	36.862
Rio de Janeiro	1.570.510	220.785	223.652	236.916	226.899	197.994	179.318	154.405	130.541
São Paulo	5.308.482	756.569	765.884	697.388	688.411	681.643	637.609	569.753	511.225
Sul	3.332.058	497.775	492.625	488.222	465.490	418.766	370.532	322.540	276.108
Paraná	1.306.994	188.881	193.911	191.155	180.677	160.523	148.710	129.937	113.200
Santa Catarina	740.146	115.784	113.047	113.047	102.982	93.081	78.951	66.384	56.599
Rio Grande do Sul	1.281.918	193.110	185.667	183.749	181.831	165.162	142.871	126.219	106.309
Centro-Oeste	1.602.614	268.208	241.043	236.891	219.778	202.271	171.429	142.780	120.214
Mato Grosso do Sul	294.715	48.353	45.533	43.144	40.008	36.558	31.483	26.587	23.049
Mato Grosso	342.201	56.661	54.813	52.489	47.670	43.737	35.446	27.826	23.559
Goiás	669.800	113.071	104.853	99.585	91.654	82.738	70.201	58.723	48.975
Distrito Federal	295.898	50.123	35.844	41.673	40.446	39.238	34.299	29.644	24.631

Fonte: MEC/Inep/Seec